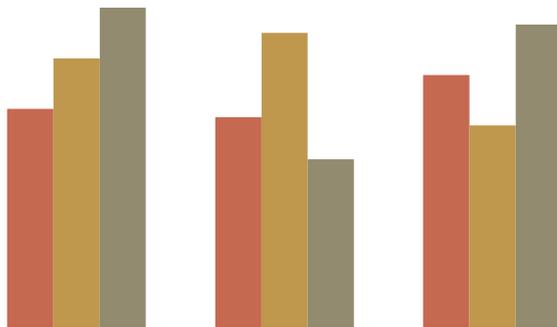


2015

TRT2 em Números



É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Presidente Silvia Regina Pondé Galvão Devonald
Vice-Presidente Administrativo Rosa Maria Zuccaro
Vice-Presidente Judicial Wilson Fernandes
Corregedora Regional Beatriz de Lima Pereira

Secretaria de Gestão da Informação Institucional

Diretora Maria Inês Ebert Gatti
Equipe Andrea Fontes Melo Peres
Mariele Souza de Araujo
Neíze Silveira Sampaio

Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores

Diretor Gustavo Miranda da Silva
Equipe Adriana Domanoski Gurniak
Beatriz Maria Caccavella Chaves
Dario Nery
Luciano Costa da Fonseca
Maria Conceição de Freitas
Maria Lúcia da Costa
Mateus Borges Leite
Otacílio Torres Vilas Boas
Patricia Hilst
Rodrigo Bazilio Terra
Rogerio Krachinski
Sergio Henrique Dardé
Simone Maria Socio Ferreira

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO.
TRT2 em Números 2015. São Paulo, 2016.

Apresentação

Esta é a segunda publicação da série “TRT2 em Números”, que tem como objetivo facilitar o acesso dos gestores deste Regional ao conhecimento estatístico produzido pela Secretaria de Gestão da Informação Institucional sobre as diversas áreas do Tribunal, e em diferentes aspectos.

Nesta segunda publicação da série está traçado o perfil do quadro de pessoal e dos recursos financeiros.

O diagnóstico de qualquer instituição, pública ou privada, exige o conhecimento de seus números, os quais são a evidência dos resultados obtidos em face dos recursos disponíveis. A estatística é a ferramenta certa e ideal para esse tipo de demonstração. Esta publicação, modestamente inspirada no já avalizado relatório anual estatístico produzido pelo Conselho Nacional da Justiça, oferece aos gestores a possibilidade de análise do diagnóstico obtido, no contexto socioeconômico do país, de acordo com as tendências verificadas.

Assim, confiamos que os dados ora apresentados são ferramentas valiosas para auxiliar a Administração no cumprimento do Planejamento Estratégico (2015-2020), oferecendo suporte para as melhores decisões de gestão.

Além disso, a série “TRT2 em Números” contempla os Princípios de Transparência e Publicidade, ao oferecer acesso dos dados para toda a sociedade, no site do Tribunal (<http://www.trtsp.jus.br/transparencia/estatistica>).

Neste relatório, o conteúdo apresentado diz respeito ao ano de 2015.

Sumário

Gestão de Pessoas	5
Perfil do quadro de pessoal	6
Força de trabalho	6
Cargos em comissão/Funções de confiança	8
Tempo de serviço	8
Idade	10
Sexo	12
Estado civil	13
Portadores de necessidades especiais	14
Origem	15
Nível de escolaridade	17
Formação	18
Flutuação de mão de obra	19
Aposentadorias	20
Índice de rotatividade	21
Índice de remoção interna	22
Taxa de renovação dos cargos de chefia e direção	22
Média de tempo de trabalho por dia dos servidores que registram horários	23
Saúde	24
Índice de absenteísmo	24
Índice de instalações físicas adequadas	26
Índice de acessibilidade para portadores de necessidades especiais	26
Ginástica laboral	26
Treinamentos	27
Capacitação nas competências institucionais	27
Índice médio de capacitação em competências	27
Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	28
Financeiro	29
Gastos	30
Arrecadação	31
Relação entre arrecadação total e despesa total	32
Referências bibliográficas	33

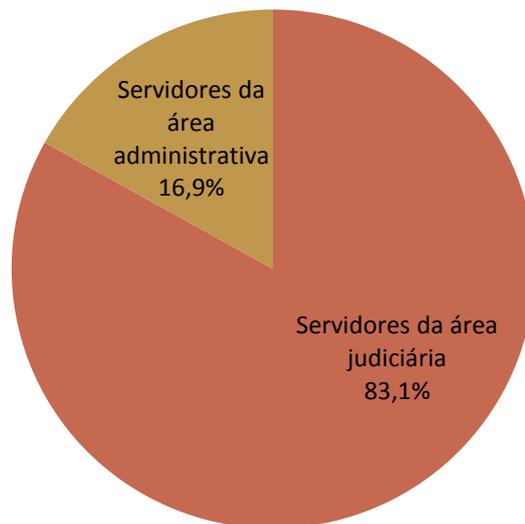
Gestão de Pessoas

Perfil do quadro de pessoal

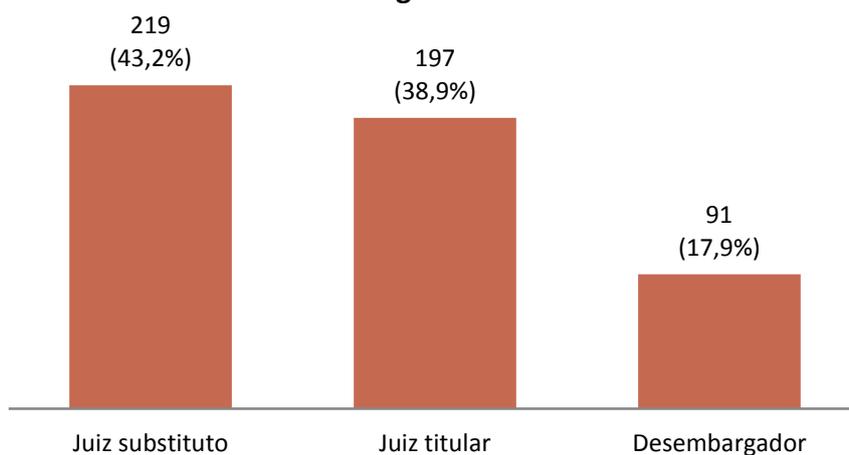
Força de trabalho

	Magistrados	Servidores	Total
1º Grau	416	3.428	3.844
2º Grau	91	1.233	1.324
Área adm.	-	948	948
Total	507	5.609	6.116

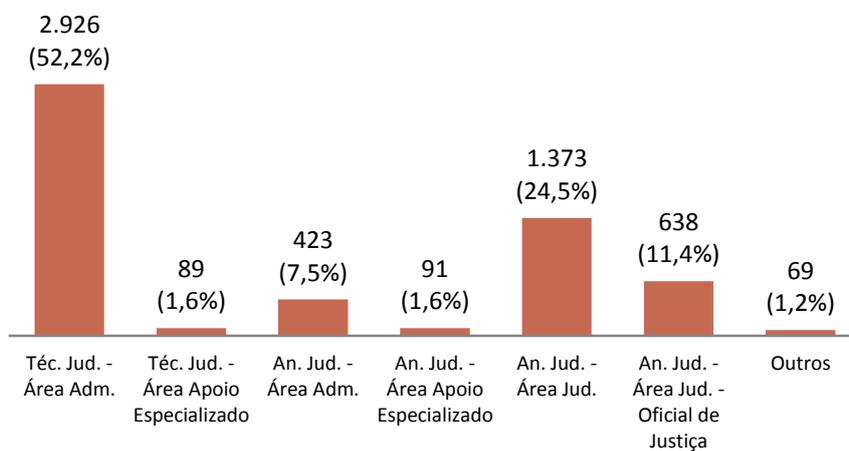
Outros funcionários	Quantidade
Sem vínculo efetivo	13
Terceirizados	1.338
Estagiários	169
Total	1.520



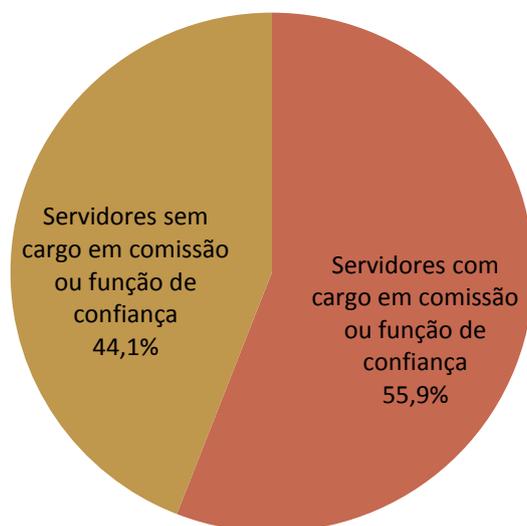
Magistrados



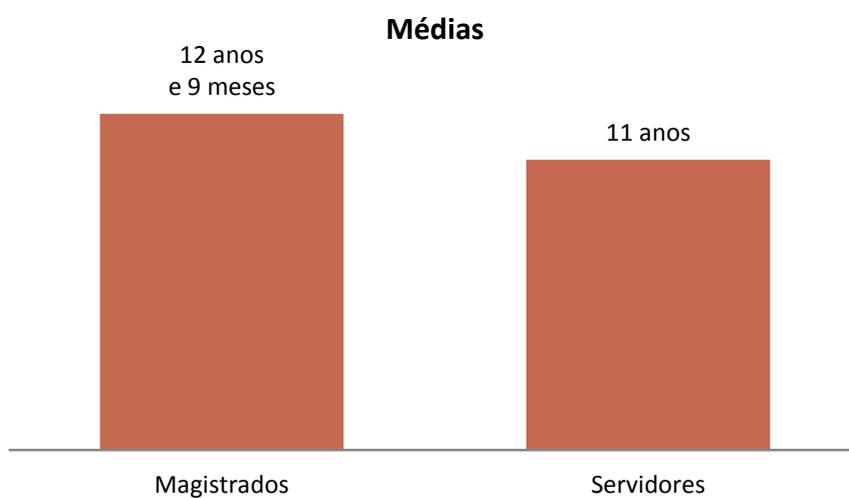
Servidores



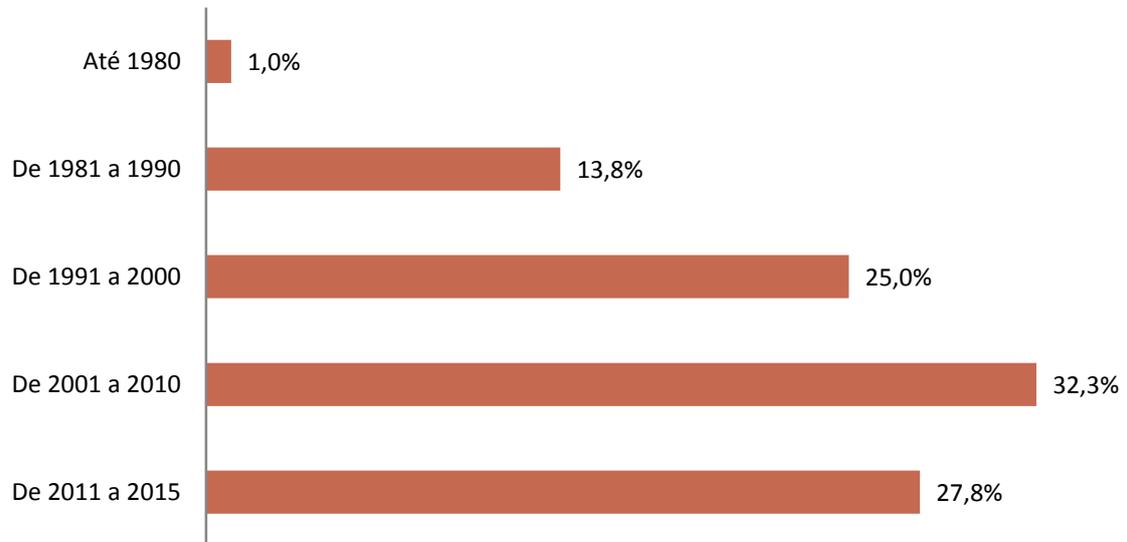
Cargos em comissão/Funções de confiança



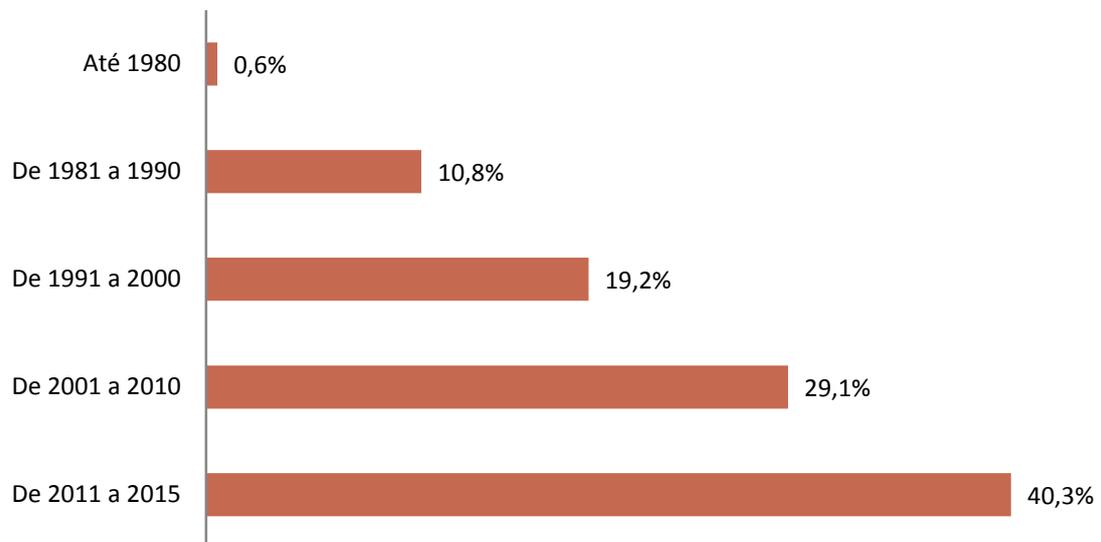
Tempo de serviço



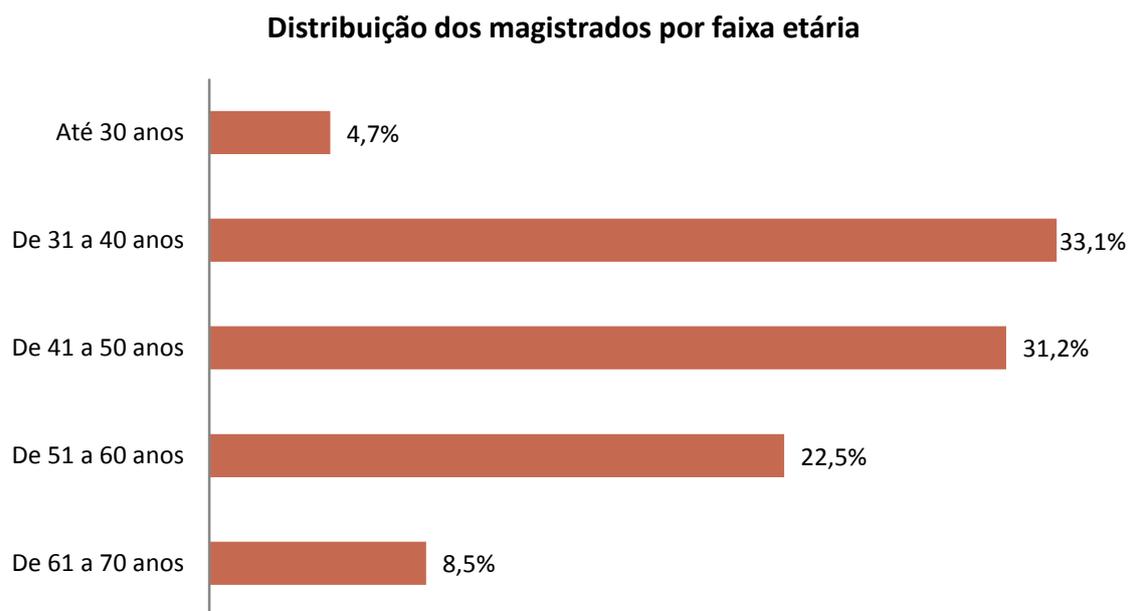
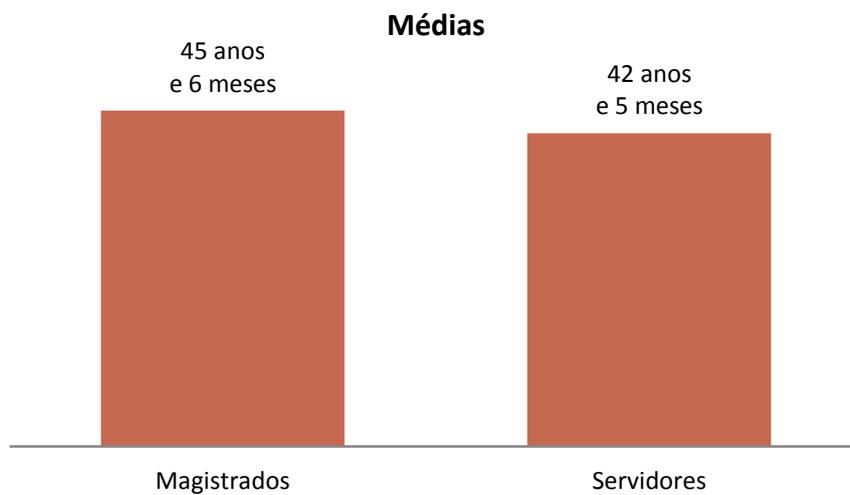
Distribuição dos magistrados por período de ingresso



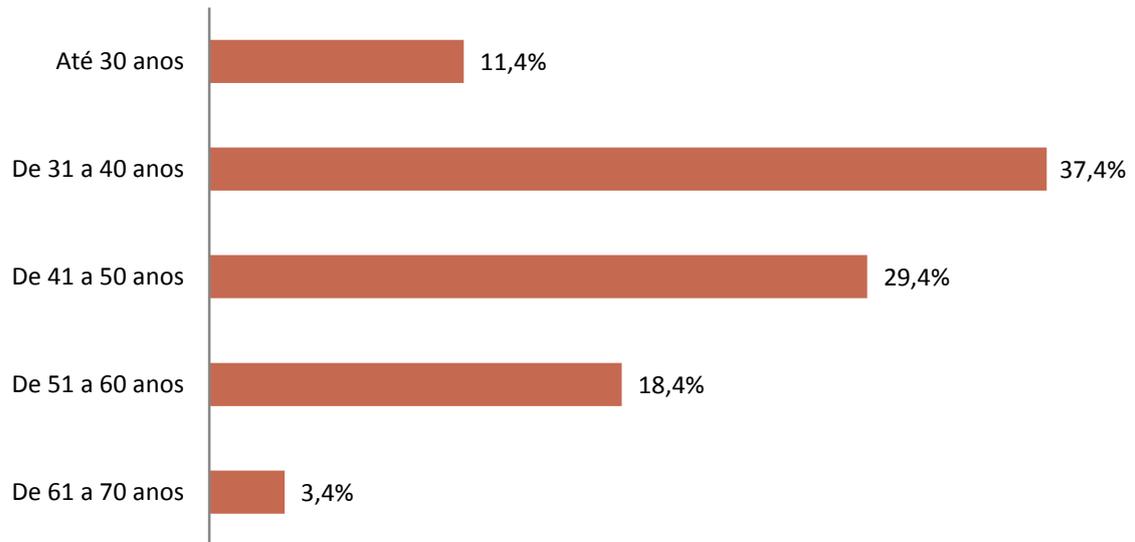
Distribuição dos servidores por período de ingresso



Idade

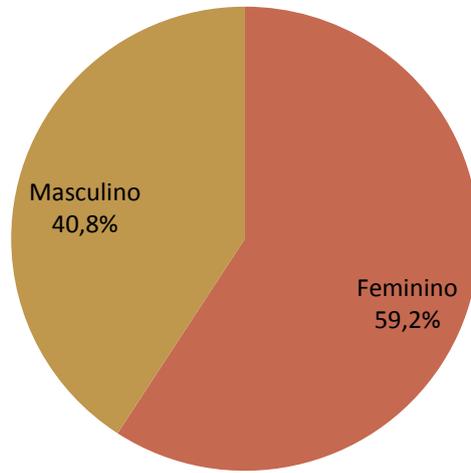


Distribuição dos servidores por faixa etária

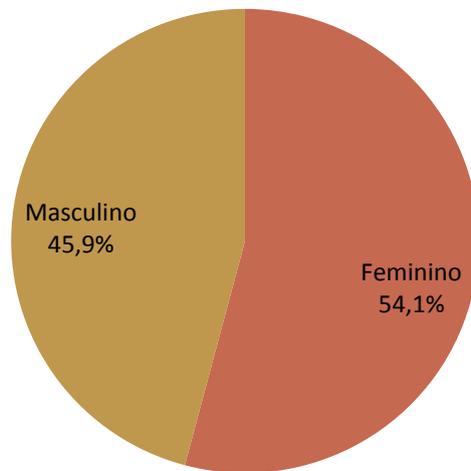


Sexo

Magistrados

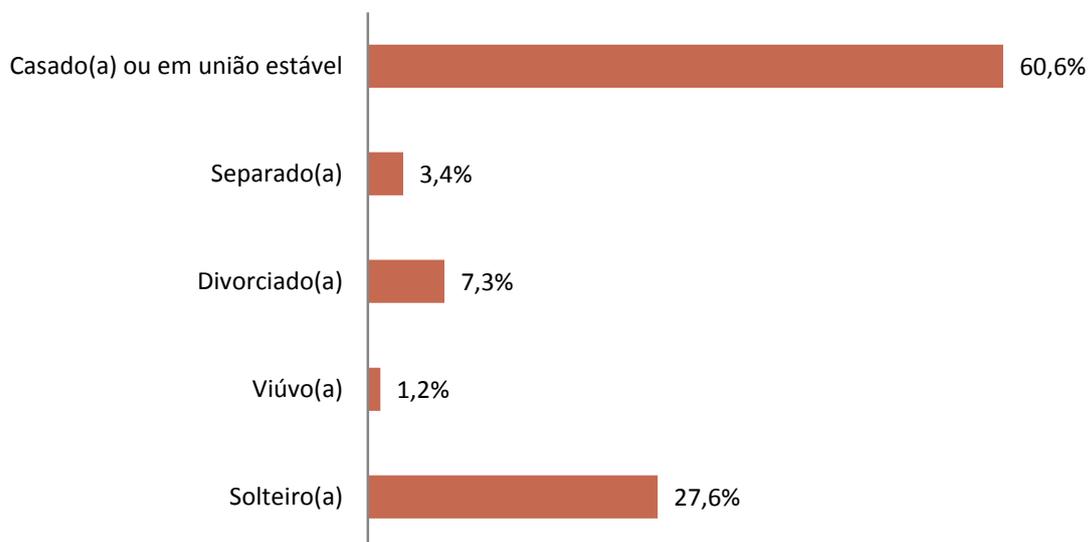


Servidores

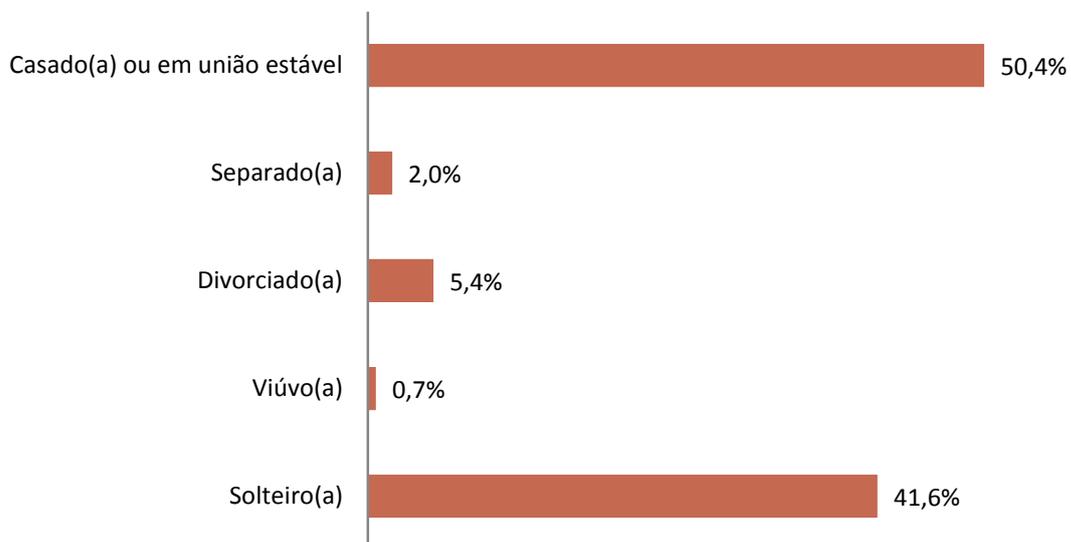


Estado civil

Magistrados

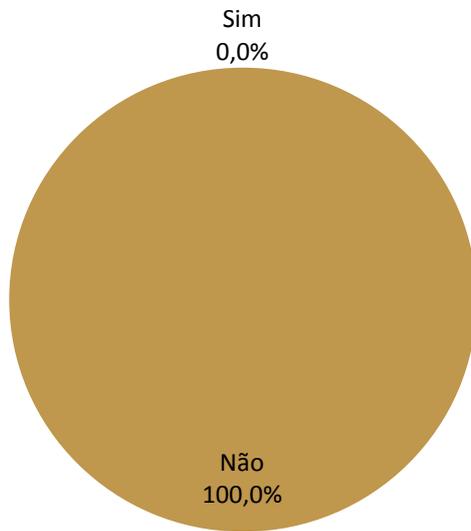


Servidores

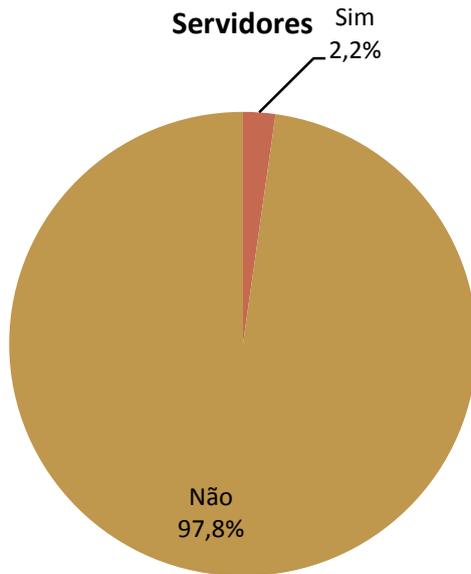


Portadores de necessidades especiais

Magistrados



Servidores



Origem

Magistrados

Distribuição por UF					
AC	0,00%	MA	0,00%	RJ	2,37%
AL	0,20%	MT	0,59%	RN	0,00%
AP	0,00%	MS	0,79%	RS	4,54%
AM	0,39%	MG	4,93%	RO	0,00%
BA	2,76%	PA	0,00%	RR	0,20%
CE	1,38%	PB	0,59%	SC	0,99%
DF	0,59%	PR	3,55%	SP	72,98%
ES	0,59%	PE	0,20%	SE	0,79%
GO	0,59%	PI	0,39%	TO	0,00%

Distribuição por região	
Centro-Oeste	2,56%
Nordeste	6,31%
Norte	0,59%
Sudeste	80,87%
Sul	9,07%

Outros países
0,59%

Servidores

Distribuição por UF

AC	0,00%	MA	0,34%	RJ	4,47%
AL	1,32%	MT	0,14%	RN	0,46%
AP	0,00%	MS	0,62%	RS	1,05%
AM	0,20%	MG	5,88%	RO	0,04%
BA	4,71%	PA	0,48%	RR	0,00%
CE	1,03%	PB	0,62%	SC	0,68%
DF	0,62%	PR	3,10%	SP	69,16%
ES	0,96%	PE	1,77%	SE	0,32%
GO	1,11%	PI	0,62%	TO	0,05%

Distribuição por região

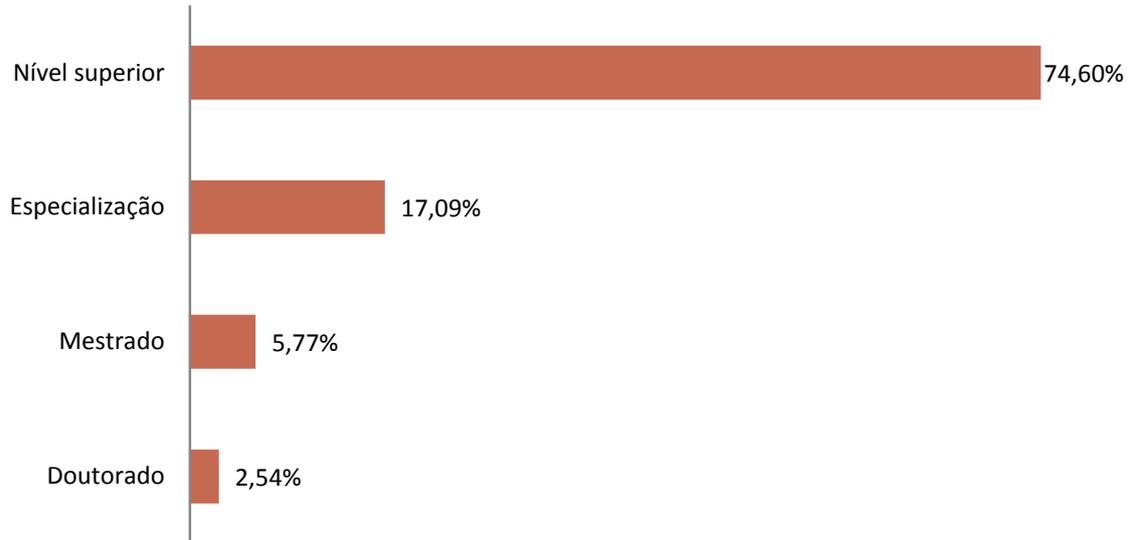
Centro-Oeste	2,50%
Nordeste	11,20%
Norte	0,77%
Sudeste	80,48%
Sul	4,83%

Outros países

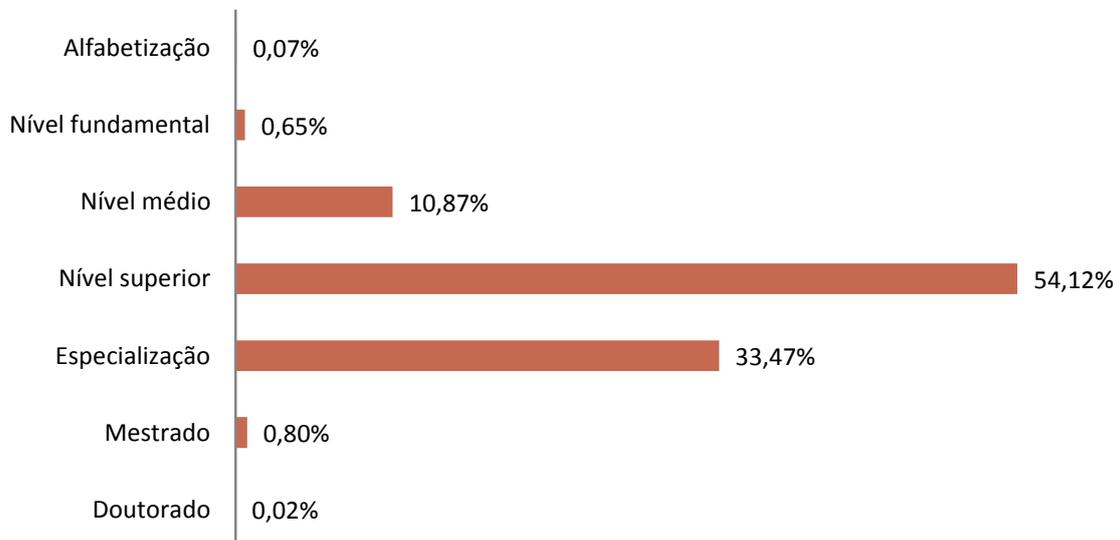
0,23%

Nível de escolaridade

Magistrados

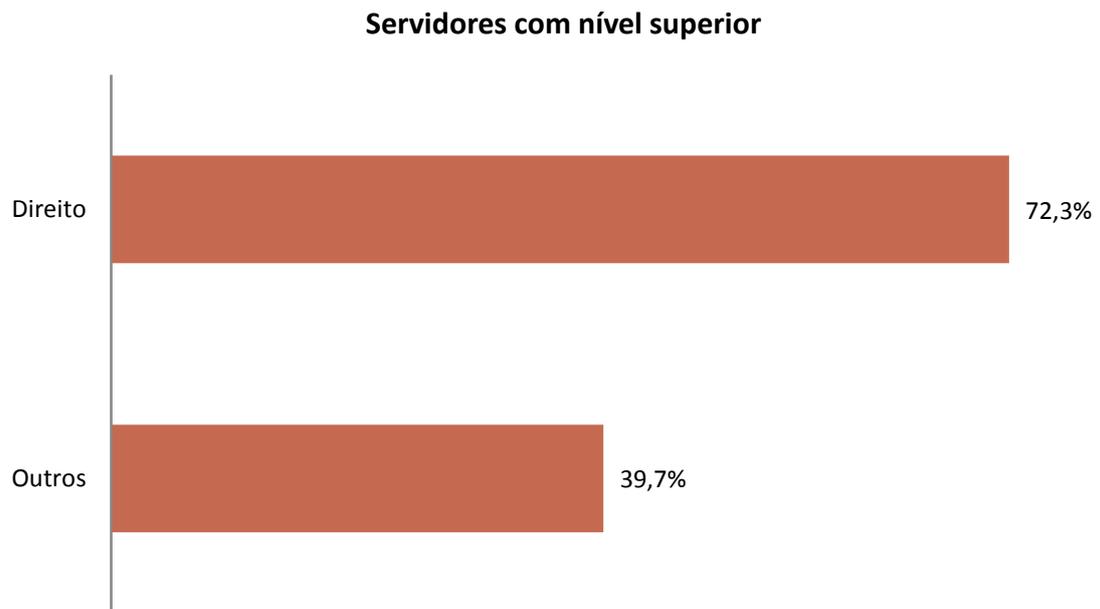


Servidores



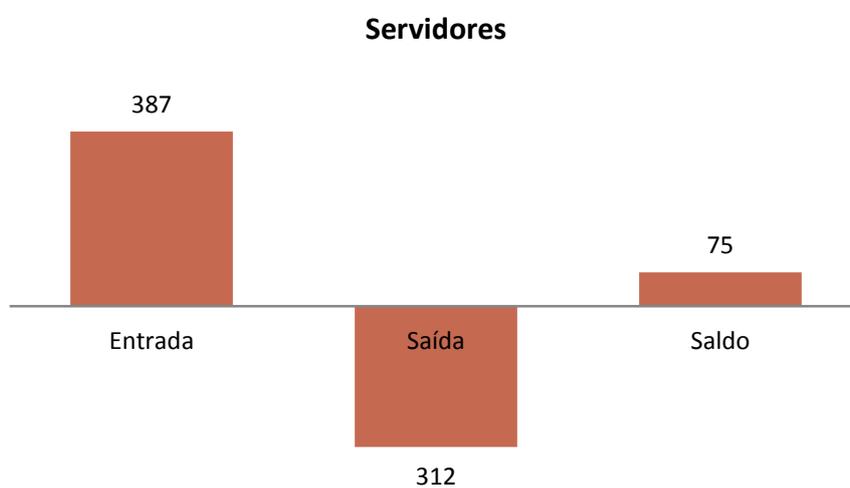
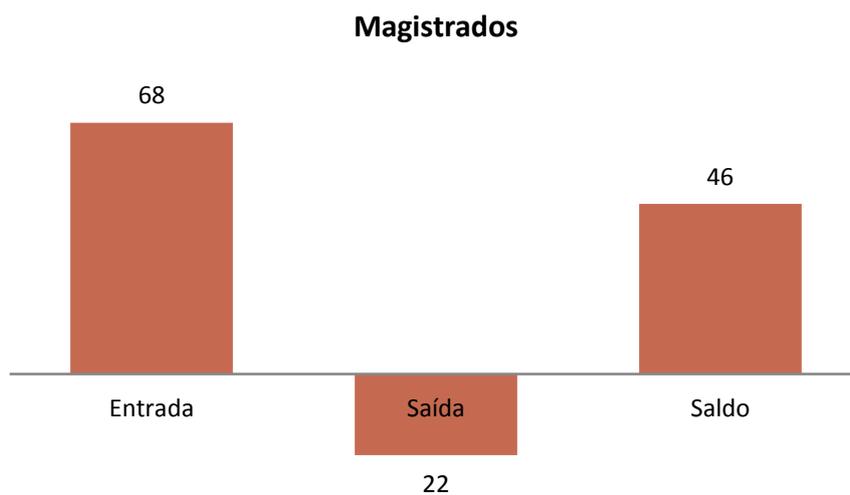
Formação

Como há servidores com mais de uma formação, a soma dos percentuais no gráfico a seguir ultrapassa 100,0%.



Flutuação de mão de obra

Os gráficos referentes à flutuação de mão de obra indicam, em cada caso apresentado, as quantidades de pessoas que entraram e saíram do Tribunal no período analisado, e o saldo resultante das entradas e saídas.



Aposentadorias

Magistrados

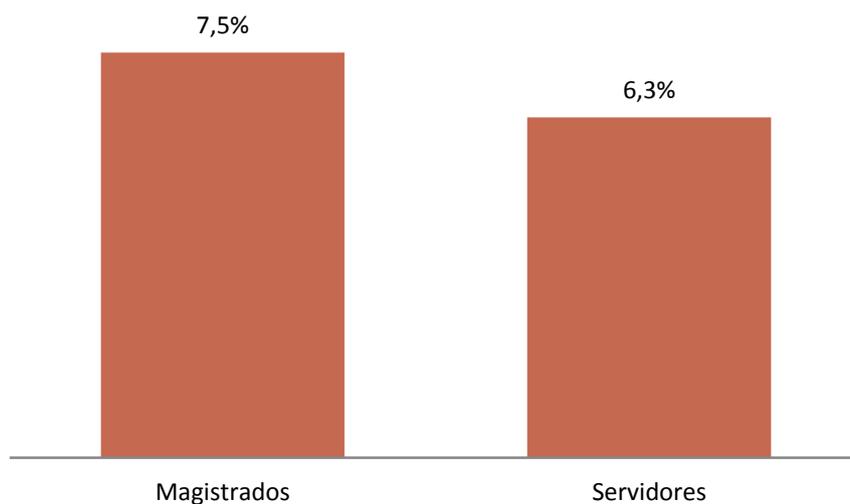
Aposentadoria voluntária	5
Aposentadoria compulsória	0
Aposentadoria por invalidez	0
Total	5

Servidores

Aposentadoria voluntária	82
Aposentadoria compulsória	4
Aposentadoria por invalidez	16
Total	102

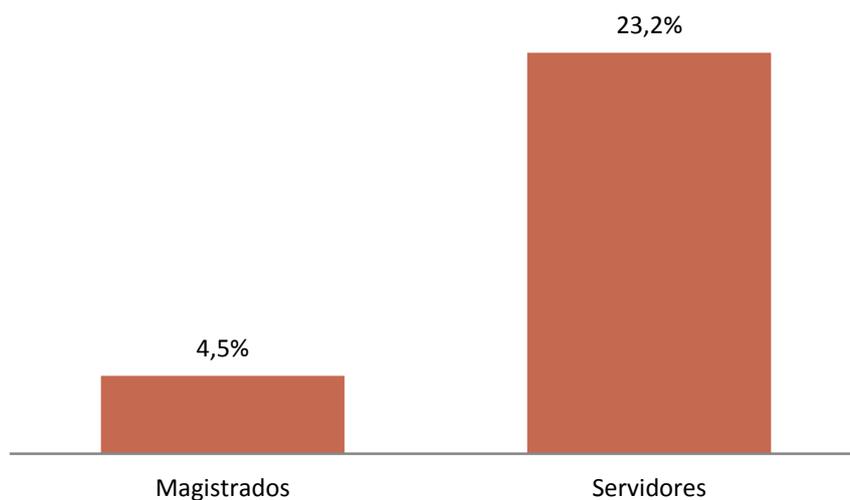
Índice de rotatividade

O índice de rotatividade aponta o nível de reposições no quadro de pessoal do Tribunal. Para tanto, compara, no período analisado, a média das quantidades de entradas e saídas com a quantidade inicial de pessoas. A quantidade de entradas não inclui as entradas ocorridas em função da criação de novas vagas, pois estas representam crescimento, e não substituição.

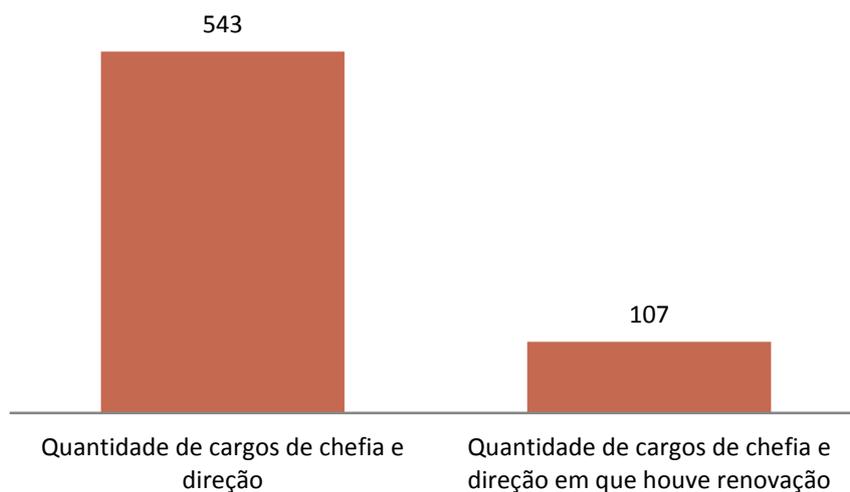


Índice de remoção interna

O índice de remoção interna aponta o nível de mudanças de lotação no quadro de pessoal do Tribunal. Para tanto, compara, no período analisado, a quantidade de pessoas que mudaram de lotação com a quantidade total de pessoas. No caso dos magistrados, são consideradas apenas as remoções internas envolvendo juízes titulares e desembargadores.



Taxa de renovação dos cargos de chefia e direção



19,7%

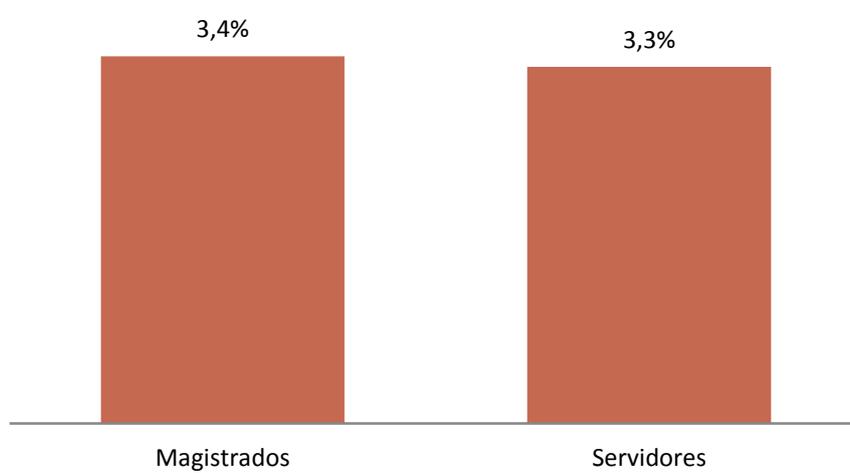
■ Média de tempo de trabalho por dia dos servidores que registram horários

8 horas e 27 minutos

Saúde

Índice de absenteísmo

O índice de absenteísmo aponta o nível de ausências ocorridas. Para tanto, compara, no período analisado, a quantidade de ausências com a quantidade de presenças esperadas.



Como os quadros a seguir são referentes ao ano de 2015, os cálculos não levam em consideração, nos períodos de ausência, partes não incluídas em 2015. Assim, por exemplo, uma licença-maternidade com início em 2014 e término em 2015 não considera o período transcorrido em 2014 nos resultados apresentados.

Magistrados

Tipo de absenteísmo	Duração média	Média de casos por pessoa
Exames e consultas	1,10 dias	0,221
Licença médica	6,87 dias	0,667
Licença-maternidade	65,50 dias	0,021
Prorrogação de licença-maternidade	31,50 dias	0,017
Aborto	22,00 dias	0,002
Doença grave	23,40 dias	0,041
Acidente em serviço	27,50 dias	0,008
Acompanhamento de familiar	2,45 dias	0,083

Servidores

Tipo de absenteísmo	Duração média	Média de casos por pessoa
Exames e consultas	1,02 dias	0,423
Licença médica	5,21 dias	0,903
Licença-maternidade	60,53 dias	0,022
Prorrogação de licença-maternidade	33,83 dias	0,019
Aborto	17,90 dias	0,002
Doença grave	26,25 dias	0,015
Acidente em serviço	11,53 dias	0,010
Acompanhamento de familiar	3,11 dias	0,134

Índice de instalações físicas adequadas

O índice de instalações físicas adequadas aponta o percentual de unidades Nível II com instalações físicas adequadas. São consideradas unidades Nível II as varas, as turmas, os gabinetes, as secretarias e as coordenadorias. No caso de secretarias sem coordenadorias, são levadas em conta as seções.

76,1%

Índice de acessibilidade para portadores de necessidades especiais

O índice de acessibilidade para portadores de necessidades especiais aponta o percentual de unidades Nível II com acessibilidade para portadores de necessidades especiais de acordo com a NBR 9050. São consideradas unidades Nível II as varas, as turmas, os gabinetes, as secretarias e as coordenadorias. No caso de secretarias sem coordenadorias, são levadas em conta as seções.

43,1%

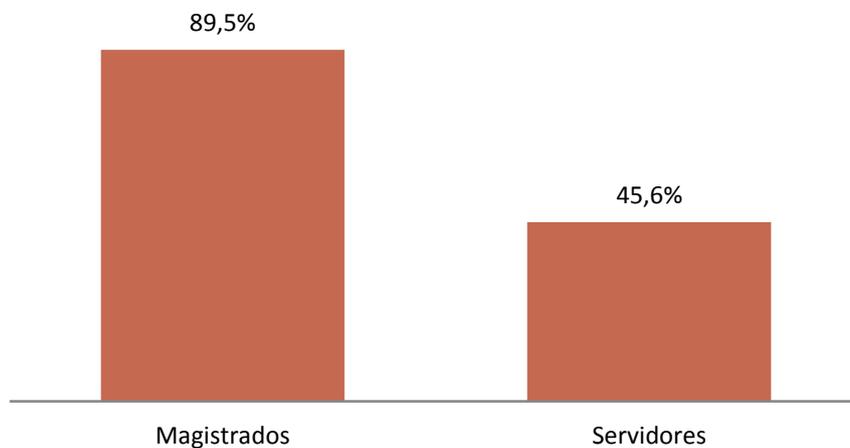
Ginástica laboral

Local	Frequência	Participação
Ed. Sede	2 vezes por semana	30,0%
Fórum Ruy Barbosa	2 vezes por semana	11,0%
Fórum da Zona Leste	2 vezes por semana	82,1%
Fórum da Zona Sul	2 vezes por semana	58,9%
Unidade Judiciária	2 vezes por semana	60,2%
Unidade Administrativa I	2 vezes por semana	23,7%
Unidade Administrativa II	2 vezes por semana	43,3%

Treinamentos

Capacitação nas competências institucionais

O indicador capacitação nas competências institucionais aponta o percentual de pessoas com pelo menos 20h de treinamentos nas competências institucionais no período analisado. Competências institucionais são aquelas relacionadas às atividades de gestão e à atividade-fim do órgão.



Índice médio de capacitação dos servidores em competências institucionais

O índice médio de capacitação dos servidores em competências institucionais aponta o tempo médio de capacitação em competências institucionais dos servidores no período analisado.

64h

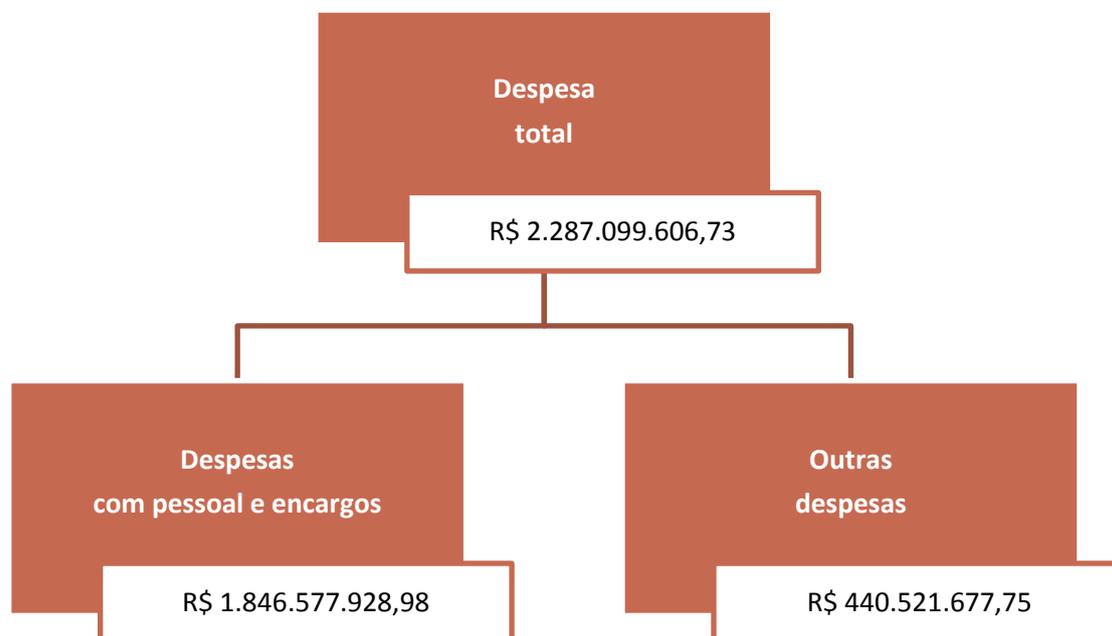
Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação



$$\frac{\text{Valor aplicado em capacitação}}{\text{Orçamento de custeio executado}} = 0,79\%$$

Financeiro

Gastos



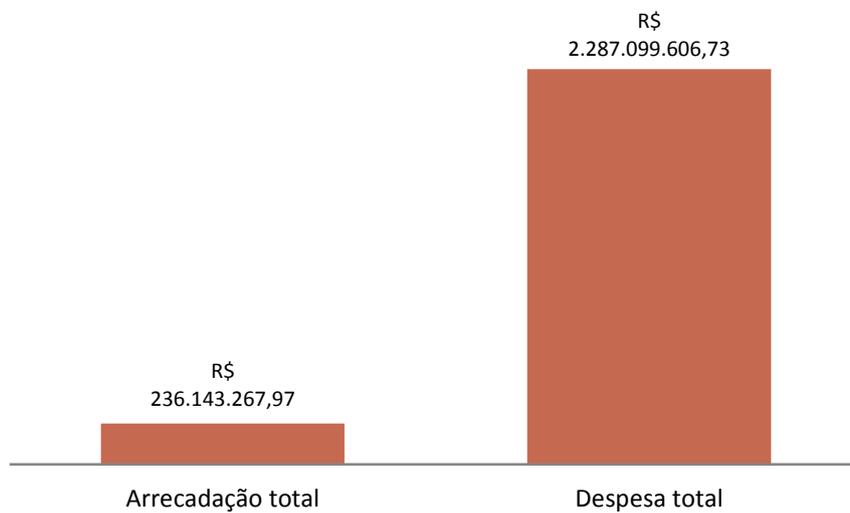
Custo por habitante	R\$ 100,53
Custo por sentença	R\$ 9.624,42
Custo por processo baixado	R\$ 3.978,48
Custo por processo arquivado definitivamente	R\$ 3.969,94

Os valores apresentados acima foram obtidos dividindo-se a despesa total pelas quantidades de habitantes da região abrangida pelo TRT2 (22.750.783) – informação obtida junto ao IBGE –, sentenças proferidas (237.635), processos baixados (574.867) e processos arquivados definitivamente (576.105). A quantidade de processos baixados é considerada como a soma dos processos solucionados no 1º Grau (443.273) e no 2º Grau (131.594).

Arrecadação

Arrecadação total	R\$ 236.143.267,97
Arrecadação com custas	R\$ 47.439.951,13
Arrecadação com emolumentos	R\$ 1.430.604,78
Arrecadação decorrente de execução previdenciária	R\$ 155.677.653,79
Arrecadação de imposto de renda	R\$ 31.004.490,72
Arrecadação decorrente de execução de penalidades impostas por órgãos de fiscalização das relações de trabalho	R\$ 590.567,55

Relação entre arrecadação total e despesa total



$$\frac{\text{Arrecadação total}}{\text{Despesa total}} = 10,3\%$$

Referências bibliográficas

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Censo do Poder Judiciário**: VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília, 2014.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2015**: ano-base 2014. Brasília, 2015.

COSTA, R. Gestão para resultados: Como gerar indicadores de gestão de pessoas utilizando ferramentas básicas de TI. **Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, 2013.

OENNING, N.; CARVALHO, F.; LIMA, V. Indicadores de absenteísmo e diagnósticos associados às licenças médicas de trabalhadores da área de serviços de uma indústria de petróleo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 37, n. 125, p. 150-158, 2012.

PRATES, N. **Proposição de indicadores para a gestão de pessoas no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública Eficaz), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROBBINS, S. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

www.trtsp.jus.br